

Voltando à tona economia Brasil

HÁ POUCO TEMPO PARA A POLÍTICA ECONÔMICA RECUPERAR A CREDIBILIDADE

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Que os desdobramentos de uma maxidesvalorização seriam problemáticos, já se sabia. O que não se sabia é que o governo acabaria conseguindo amplificar em muito as dificuldades envolvidas, ao alienar o precioso respaldo do G-7 e das instituições financeiras multilaterais com sede em Washington, e estaria disposto a enfrentar a pior parte da borrasca sem contar nem mesmo com um Banco Central. Ter tido o Banco Central quatro presidentes distintos, entre meados de janeiro e o início de março, ficará para sempre gravado como evidência emblemática e inequívoca do inusitado grau de instabilidade a que foi submetida a condução da política econômica no primeiro bimestre deste ano.

Tendo a política econômica mergulhado em descrédito tão profundo, é interessante constatar como iniciativas absolutamente elementares vêm sendo tão eficazes na restauração da credibilidade perdida. A simples existência no Banco Central de uma diretoria harmônica e atuante, formada por profissionais competentes, e o anúncio de um novo

Realização do novo programa de estabilização tem de avançar até o fim de abril

programa de estabilização, com um mínimo de coerência para restaurar o apoio do FMI à política econômica, já foram suficientes para começar a desanuviar o ambiente e criar condições propícias para o surgimento de um novo, ainda que precário, círculo virtuoso.

Contudo, não há tempo a perder. Há agora condições favoráveis que deveriam ser



pronta e devidamente exploradas. O ideal seria que o Banco Central, ao longo dos próximos 40 dias, conseguisse fazer avançar o processo de restauração de credibilidade tão rapidamente quanto possível.

Caso tenha sucesso nesta iniciativa, terá melhores condições de enfrentar as crescentes dificuldades que deverão aflorar a partir do fim de abril. A esta altura,

estarão já bem aguçadas as inevitáveis tensões que deverão decorrer da tentativa de levar adiante, sem maiores perturbações, o novo programa de estabilização.

O programa envolve três ob-

jetivos bastante claros. Primeiro, restabelecer um quadro fiscal sustentável, com reversão do processo descontrolado de endividamento público dos últimos anos, agravado agora pelo impacto da desvalorização. Segundo, assegurar que as contas externas sejam compatíveis com o estreitamento das possibilidades de financiamento internacional com que está tendo de lidar o País. E, terceiro, absorver o choque de preços decorrente da desvalorização, sem comprometer os resultados do combate à inflação dos últimos anos.

Por claros que sejam os objetivos, não há espaço para ilusões acerca da complexidade do desafio de assegurar que sejam atingidos. Especialmente quando se tem em mente a ava-

reza com que o governo, no primeiro mandato, se dispôs a arriscar seu capital político em um esforço mais decisivo de consolidação da estabilização.

A partir do fim de abril, caso a equipe econômica ainda esteja de fato empenhada em pautar a condução da política econômica pelo programa recentemente anunciado, o governo deverá estar começando a enfrentar desdobramentos políticos espinhosos. Desdobramentos decorrentes da resistência às pressões por reindexação, do aprofundamento da recessão e da tentativa de verdadeiramente cumprir as metas propostas de ajuste fiscal.

Novamente estará sendo testado o grau de convicção do governo acerca da agenda de estabilização. Caso até o fim de abril já tenha havido um novo e palpável avanço do processo de restauração da credibilidade da política econômica, o governo talvez possa mostrar disposição redobrada para enfrentar com determinação os custos políticos da sustentação do programa. Contudo, caso um avanço tão significativo acabe não sendo possível em tão pouco tempo, deverão mais uma vez ganhar força em Brasília os mesmos atores que, no primeiro mandato, recorrentemente se mostraram avessos à idéia de arriscar capital político do governo na batalha da estabilização. Nestas circunstâncias, é claro, será muito mais alta a probabilidade de que a coerência do programa proposto acabe sendo comida pelas bordas. É por isso que é tão importante conseguir avançar tanto quanto possível até o fim de abril.

■ Rogério Furquim Werneck é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio